

A POLÍTICA, A CALISPOLIS E A EDUCAÇÃO PELA ALMA: PLATÃO EM FOCO

Jefferson Luis Brentini da Silva¹, Denis Domeneghetti Badia²

¹UNESP/FCLAR – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, brentini.fil@gmail.com

²UNESP/FCLAR – Departamento de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, denis@fclar.unesp.br

Resumo: A política sob o olhar de Platão tinha como pressuposto a busca pela justiça através da desigualdade. Seria isso possível? Este trabalho expõe, a partir de uma abordagem qualitativa pelo uso de métodos de cunho bibliográfico, a possibilidade de se pensar em uma sociedade que poderia privilegiar a justiça e concomitante a isso o posicionamento das pessoas a partir da identificação da sobreposição de uma virtude em detrimento às outras nos indivíduos por meio de uma educação que valorizasse a formação integral do sujeito em prol do desenvolvimento da sociedade e, ao mesmo tempo, respeitasse as qualidades individuais.

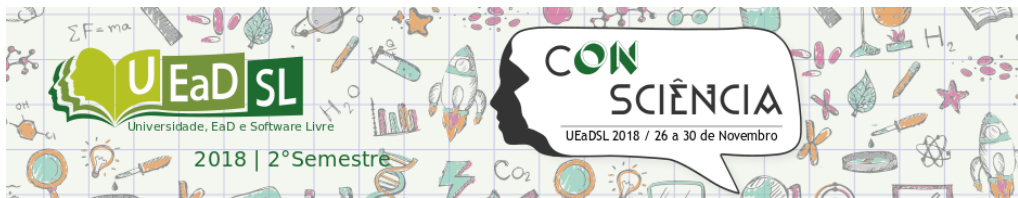
Palavras-chave: Política, Calispolis, Educação, Alma

1. Introdução:

A política é a arte de governar, de conduzir o destino da urbe. A política tem como sinônimo a “luta pelo poder”: a conquista, a conservação e a ampliação pelo e do poder, logo, a política aborda diretamente as relações de poder.

Por esse ponto de vista, o poder então supõe dois polos, a saber: o de quem desempenha o poder e o daquele no qual o poder é exercido. Em uma análise generalizada, o poder é uma relação de pessoas ou grupos sociais que acabam por intrometer-se no efetivo exercício de outros indivíduos ou grupos.

A exacerbação do aparelho escravista aguçou a divisão do trabalho, ampliou o artesanato e instigou o comércio, que oferecia o consumo aos produtores que estavam em superávit. Neste momento, Platão (2004) debruça em questões que se voltam para a busca de uma sociedade mais justa e, ao mesmo tempo, desigual.



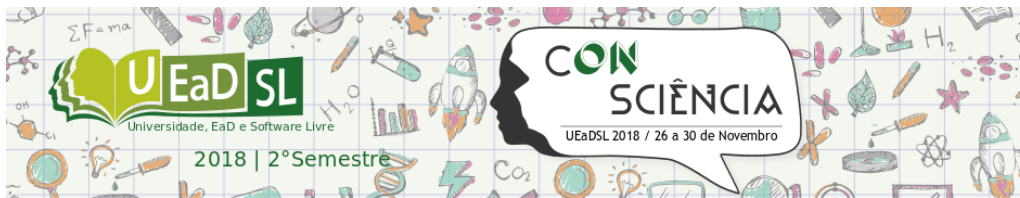
2. Dos Fatos [exposição do problema] [fundamentação científica]

Nas cidades-estados os assuntos e discussões do âmbito político aconteciam em dois lugares: a acrópole e a ágora. A acrópole fundava a parte alta e era aonde se costumava construir templos que, além de ter como objeto a busca e a frequente admiração para com os Deuses, era o mesmo local aonde servia como ponto de defesa da cidade. Já, a ágora era a praça central, aonde todos os cidadãos gregos se encontravam e era dedicada às trocas comerciais como também era o ponto o qual os cidadãos se encontravam para tratar dos diversos assuntos da urbe, buscando solucionar os problemas que a cidade ou os cidadãos se encontravam.

Como exemplo há a estonteante cidade-estado de Atenas, em seu período clássico, teve uma diversidade de legisladores, com destaque para Drácon, Sólon e Ulístenes – dos quais destacaram seu caráter humano das leis. Além disso, promoveram a ideia da cidadania, ao permitir a todos os homens obtinham a denominação de cidadão ateniense obtivessem maior participação na assembleia do povo, que, finalmente, elegiam os servidores do Estado. Na segunda metade do século VI A.C., sob o comando de Ulístenes, Atenas democratizou-se por completo e o poder da “casta” comumente denominada de nobreza, no território ateniense, esteve vertiginosamente reduzido.

É aqui que aparece a figura de Péricles, o legislador no qual fez com que Atenas alcançasse o seu apogeu, a era áurea, uma vez que foi o período no qual a arte, a filosofia, a ciência, dentre outras vias de conhecimento estiveram em seu máximo progresso, e, em oposição ou firmamento, dependendo da base teórica na qual for acatado, Péricles detinha sempre “as rédeas na mão” (REALE, 2003).

Porém poder-se a inferir uma crítica à democracia ateniense, e tal crítica deve-se à constatação de, mesmo do fato de morarem na mesma polis, os indivíduos dos quais a habitavam não eram, igualmente, cidadãos (estrangeiros, escravos, crianças e mulheres não eram cidadãos). Faz-se necessário advertir que o trabalho escravo, na era clássica, em todas as atividades artesanais,



possibilitava o cidadão livre para o exercício das atividades reflexivas, políticas e de lazer.

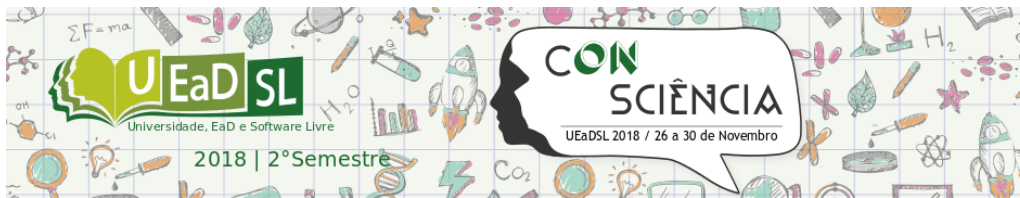
Segundo Platão (2004), o filósofo propõe uma cidade imaginária, verossímil a alegoria da caverna, a *Calipolis* (Kalós = bela (o), e polis = (cidade), ou seja, a *bela cidade*). Na obra em questão, *A Calipolis* seria governada, única e exclusivamente aos sábios dessa época que para ele compete ao sábio instruir, derivando do mesmo, à educação política, a busca pela modificação das pessoas e da sociedade, na qual os mesmos estão engendrados, desde que essa ação prossiga guiada por um padrão ideal apreciado.

Partindo do pressuposto no qual infere que os indivíduos são diferentes e, conseqüentemente, devem ocupar posições e funções distintas, Platão (2004) então interpola que o Estado possui como funções a adoção da educação das crianças, inicialmente, até os sete anos, impedindo assim a ambição e os interesses decorrentes dos vínculos afetivos (a família) e das relações humanas, tidas por ele como impróprias.

A partir da educação viabilizada até os sete anos, o Estado possuiria como função apontar qual via o cidadão deveras seguir, dentro da polis, a “*A Educação das três classes*”.

Segundo o autor em questão, até os 20 anos, todos eram submetidos à mesma educação e, a partir de determinados critérios identificariam as almas de ouro, bronze e prata. As “*almas de bronze*” necessitariam, obrigatoriamente, de dedicar-se ao comércio e a subsistência da polis; o critério era a virtude da temperança (a “sobriedade”, a “moderação”), e é a partir dessa que o indivíduo, predominantemente moderado, deveria dominar-se ante aos desejos de prazer.

Aqueles que permanecessem na Academia, por sua vez, acabariam por ser educados por mais 10 anos e submetidos à outra avaliação e seleção, seria encontrados aqueles dos quais possuíssem o que o filósofo denomina de “*alma de prata*” estes, por sua vez, obteriam como função a guarda, a defesa do Estado e, conseqüentemente, os responsáveis pela defesa da cidade. A virtude dos guerreiros é a coragem (a bravura, a audácia), na qual era desempenhada pelo domínio do caráter irascível de sua essência.



E, finalmente, aqueles que estavam fadados à “*alma de Ouro*” eram formados na doce e perspicaz “*arte*” do diálogo. Observariam que a Filosofia (que, segundo Platão (2004) é a fonte de toda verdade, é aquela que eleva a essência do ser até o arcabouço mais puro). E, aos 50 anos, depois de inúmeros e tortuosos critérios de avaliação, incumbiria a eles a administração da cidade, por possuírem discernimento da política e como a mesma deveras ser articulada, tendo como princípio insolúvel de toda a administração a justiça. A virtude principal, segundo o filósofo é a justiça e é ela que fundamenta e constitui toda a condição do exercício de todas as outras virtudes, nas quais o indivíduo possui.

É nesse momento que o filósofo impõe, como base de toda a teoria, um vertente da aristocracia denominada de *sofocracia* (segundo o autor, o rei deveria ser imprescindivelmente um filósofo). A mistificada democracia (uma vez que não é nada democrática, em seu sentido original), dada dessa forma, é completamente inadequada, pois privilegia apenas uma vertente, uma classe (jogando na contemporaneidade, profissional) que é a do filósofo; para fins de complementação, segundo o próprio filósofo, explicita que, para o Estado ser bem governado, faz-se necessário que “*os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos*”.

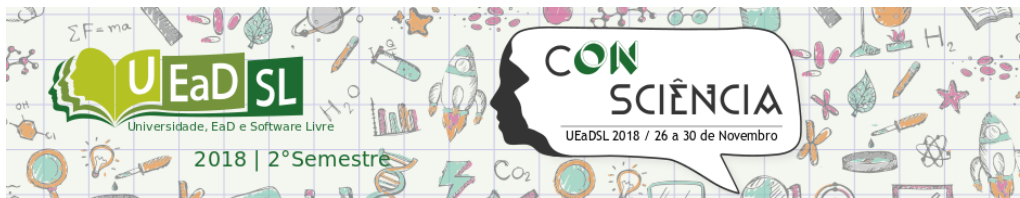
3. Metodologia

O presente estudo se caracteriza como uma abordagem qualitativa a partir da análise bibliográfica.

Severino (2002, p. 119) expõe que a abordagem qualitativa é um.

Conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisas que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.

Quanto ao método de pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) descreve que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, enquanto Severino (2002, p. 122) discorre que a

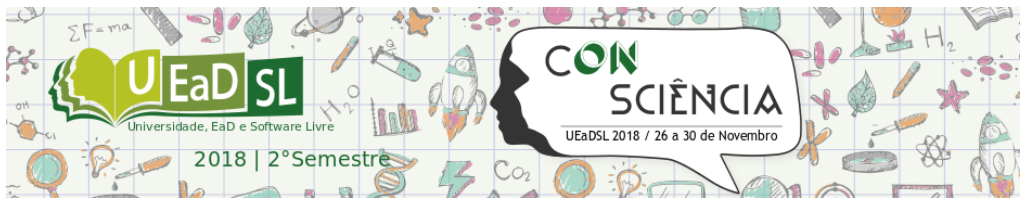


pesquisa bibliográfica é “aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc.”, valendo-se de dados e fontes já pesquisadas por outros e consideradas válidas pelos seus pares.

4. Análise e Interpretação dos Dados

Para dar cabo nas teorias de Platão (DALMO. 1999) presente nas obras citadas, o mesmo alerta sobre as formas de governo, que, em dadas as circunstâncias, podem ser classificadas como degeneradas ou justas, a saber, as formas degeneradas (pois, ao invés de buscar o bem público, sua finalidade acaba por ser deturpadas e, ao invés do bem público, almeja apenas o bem privado, seja de alguém ou uma grupo social) e são explícitas, por:

- a) Timocracia (aonde a contemplação da virtude dá lugar ao pelo impulso do guerreiro);
- b) Oligarquia (aonde o que é buscado, dentro dessa espécie de poder, é a satisfação apenas dos mais ricos);
- c) Democracia (aonde seria, basicamente, o oposto da oligarquia, pois o poder estaria destinado, atribuído, aos mais pobres que, como consequência, acabaria por prevalecendo à demagogia - um “político” que manipula e alude – para Platão (DALMO, 1999), o povo é incapaz de contrair a ciência da política); e, finalmente,
- d) Tirania (por decorrência dos abusos que a democracia – como fora citado, a demagogia – torna imprescindível uma espécie de “guia” que ostente todos os domínios sociais), com passar do tempo, o tirano abusa desse poder por conveniência particular, provocando a pior via de administrar o Estado, que acaba sendo exercida pela força de apenas um e sem não tendo, como constituinte desse poder, o bem comum (nesse sentido o tirano é a antítese do Magistrado, no qual seria, necessariamente, o filósofo, tal como fora explicitado).



5. Conclusão

Com isso percebe-se a necessidade de terem critérios que levem em consideração os aspectos referentes às virtudes das pessoas para a sua distribuição na sociedade e no pleito de cargos políticos.

Portanto, o governante mais adequado é aquele que aprecia a virtude e age segundo as mesmas (em suma, é corajoso, temperante, justo e sábio).

Referências

DALMO, Abreu Dallari. "Platão inexplorado". In: *PLATÃO. As Leis*. São Paulo: Edipro, 1999.

DURANT, Will. **História da Filosofia: A Vida e as Ideias dos Grandes Filósofos**, São Paulo, Editora Nacional, 1ª edição, 1926.

PLATÃO, **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

REALE, G. **História da Filosofia: filosofia pagã antiga**. São Paulo: Paulus, 2003.